

FACULDADE DE LETRAS
Universidade do Porto

GUIA DO ESTUDANTE

Sociologia

3º ano



**EDIÇÃO DO CONSELHO DIRECTIVO
1991/92**

FACULDADE DE LETRAS
Universidade do Porto

GUIA DO ESTUDANTE

XII



**EDIÇÃO DO CONSELHO DIRECTIVO
1991/92**



Guia do Estudante da FLUP. SOC: 3º Ano

Vol. 12, 1991-92

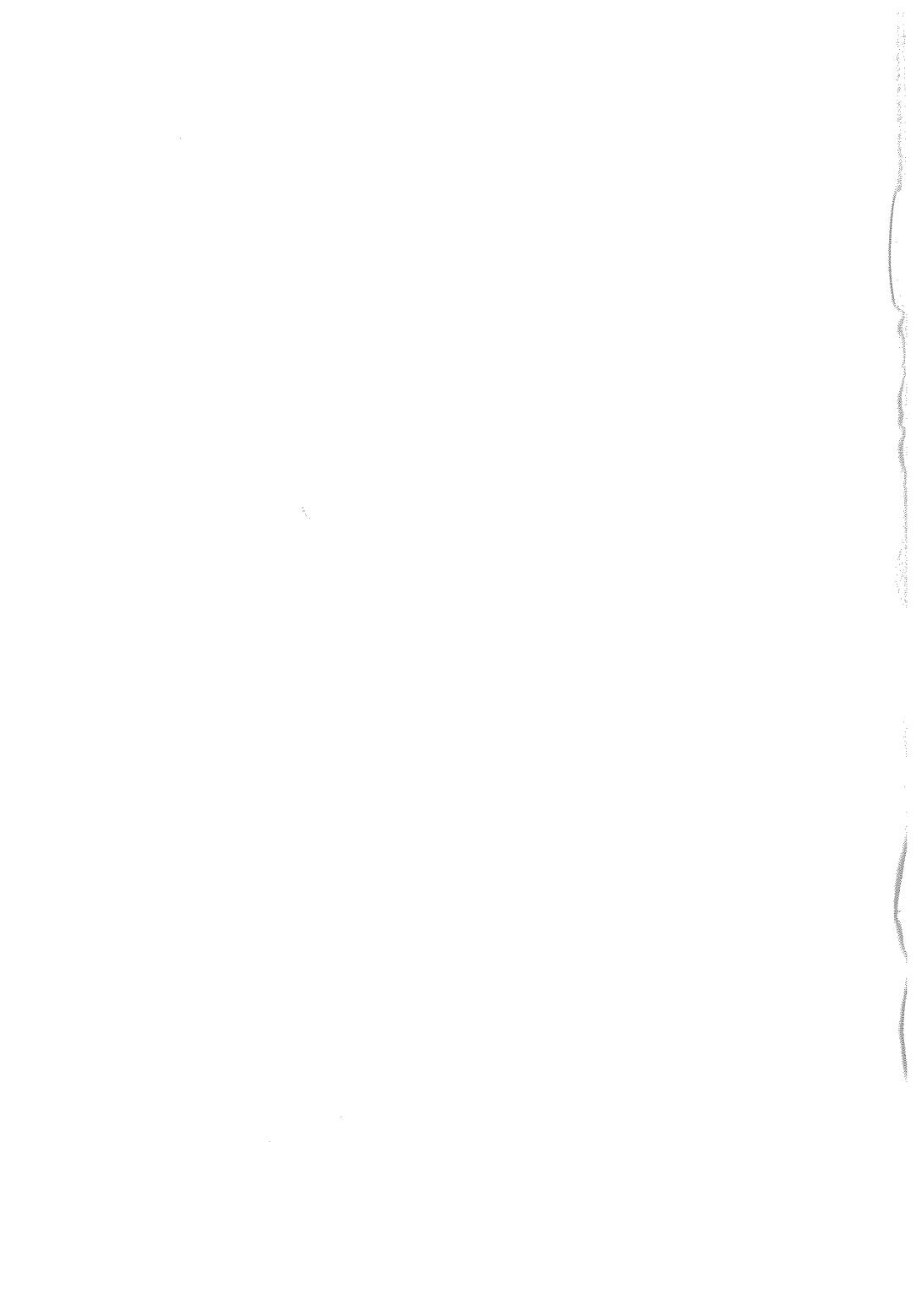
Publicação Anual

Dactilografia: Margarida Santos

Execução e Impressão: Oficina Gráfica

Tiragem: 100 exemplares

INTRODUÇÃO



GUIA DO ESTUDANTE - 1991

INTRODUÇÃO

Esta 12^a edição do Guia do Estudante, referente ao ano lectivo de 1991-92, pretende continuar a cumprir os objectivos contemplados numa publicação deste tipo; fornecer o máximo de informação relevante a todos quantos integram a Faculdade de Letras do Porto.

Embora tendo como destinatário principal o corpo discente, o Guia será igualmente instrumento útil para docentes e funcionários, em áreas tão diversas como, por exemplo, as normas de avaliação, as possibilidades de utilização da Biblioteca Central e de outros serviços ou algumas das mais recentes publicações editadas no âmbito da FLUP. Mas serão os conteúdos programáticos das cadeiras leccionadas nos diversos cursos a componente dominante desta publicação, contribuindo necessariamente para uma melhor orientação dos alunos relativamente ao estudo das diferentes matérias.

Pretende assim o Conselho Directivo, para além da articulação sempre fundamental com os restantes órgãos de gestão e com a Associação de Estudantes, delinejar as principais linhas de força do funcionamento da Faculdade em 1991-92 e sublinhar alguns dos direitos e deveres que os membros da FLUP terão no seu quotidiano e no seu horizonte.

Porto e Faculdade de Letras, Setembro de 1991

O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRECTIVO

ÓRGÃOS DE GESTÃO DA FACULDADE

Assembleia de Representantes
Conselho Directivo
Conselho Científico
Conselho Pedagógico
Conselho Administrativo
Conselho Consultivo.

SERVIÇOS DA FACULDADE

A - Secretaria

Sector de Matrículas e Inscrições

" de Equivalências

de Mudanças de Curso.

Horário normal de abertura ao público:

de 2^a a 6^a feira: 12H00 - 16H00

Encerra ao Sábado.

B - Tesouraria

Horário de atendimento:
de 2^a a 6^a feira: 9H30 - 11H30
14H30 - 16H30

Encerra ao Sábado.

C - Biblioteca Central

A Biblioteca Central constitui um serviço de fundamental importância da FLUP e por isso tem merecido uma atenção particular por parte dos Conselhos Directivos.

São utentes de direito da Biblioteca os docentes e os alunos da FLUP. Em casos devidamente justificados, porém, outras pessoas podem utilizar os seus serviços, nomeadamente a pesquisa na Base Nacional de Dados Bibliográficos ("Porbase").

Para consulta das obras da Biblioteca Central os alunos devem possuir o cartão de leitor, revalidado todos os anos depois de efectuadas as inscrições.

1. Tipos de leitura:

- a) de presença: na Sala de Leitura (horário afixado);
na Sala de Obras de Referência (livre acesso);
- b) domiciliária: normas regulamentares afixadas na Sala de Leitura.

2. Sala dos Catálogos:

- a) Onomástico
- b) Didascálico
- c) CDU (Classificação Decimal Universal)
- c) Cardex (Publicações Periódicas)
- d) "Porbase" (através do terminal ligado em linha à Base Nacional de Dados Bibliográficos)
- e) Base de dados local.

Como aceder à Base Nacional de Dados Bibliográficos:

1.Digite: GEAC.

2.Carregue tecla ENTER.

3.Digite: CAT.

4.Siga as instruções que aparecem no écran.

5.Se tiver dificuldade, dirija-se ao funcionário da Biblioteca, que dará as indicações necessárias para estabelecer a ligação.

Nota. As obras entradas depois de 1988 encontram-se integradas no ficheiro da Base Nacional de Dados Bibliográficos ("Porbase"), pelo que não devem ser procuradas nos catálogos tradicionais.

Tanto os catálogos tradicionais como a "Porbase" incluem também obras de alguns Institutos e Centros sediados na Faculdade, identificáveis pelas respectivas siglas.

Como é de norma em todas as Bibliotecas, as obras classificadas de "Reservados", as de "referência" (dicionários, enciclopédias), as teses e as revistas e publicações periódicas não podem ser requisitadas para leitura domiciliária.

O mesmo se aplica às obras pertencentes ao "Fundo Primitivo".

3. Horário de leitura:

2^a a 6^a feira: 8H30 - 18H00

Sábado: 9H00 - 11H30.

4. Leitura de presença

4.1. Obras em depósito.

4.1.1. Para a leitura de presença, o leitor só pode requisitar 3 obras de cada vez.

4.2. Obras em livre acesso (Sala de leitura e de Referência)

4.2.1. A estas obras poderá o leitor aceder directamente, ficando estabelecido que não deverá voltar a colocá-las nas estantes, mas num local designado para esse efeito.

5. Leitura domiciliária

5.1. Podem ser requisitadas 3 obras diferentes simultâneamente.

5.2. O empréstimo de obras para leitura domiciliária processa-se entre

as 14h e as 18h e a sua devolução deverá ocorrer impreterivelmente 48 horas depois de terem sido requisitadas.

5.3. As requisições das mesmas obras podem ser renovadas, quando não haja prejuízo para outros leitores.

6. Os alunos invisuais dispõem do aparelho Optacon oferecido pela Fundação Calouste Gulbenkian e instalado na Biblioteca Central.

7. Estão disponíveis para pesquisa em CD-ROM diversas bases de dados cuja utilização obedece a um regulamento afixado na Biblioteca.

8. Serviço de informação bibliográfica da Biblioteca Central da Faculdade:

Boletim Bibliográfico (Semestral), 1979 ss.

Núcleo de Teses Existentes na Biblioteca Central da F.L.U.P., "Boletim Bibliográfico - Anexo I", Porto, 1989.

Trabalhos de Docentes da F.L.U.P., "Boletim Bibliográfico -Anexo II", Porto, 1989.

Núcleo das Obras que constituem o Fundo Ultramarino da Biblioteca Central da F.L.U.P., "Boletim Bibliográfico - Anexo III", Porto, 1990.

Núcleo Documental do Instituto de Estudos Norte-Americanos, "Boletim Bibliográfico - Anexo IV", Porto, 1990.

Bibliografia Temática:

1- "Biblioteconomia e Documentação", 1989.

2- "Educação, Pedagogia, Didáctica", 1989.

3- "Biblioteconomia, Documentação, Arquivística", 1989.

Boletim de Sumários, 1988 ss.

Reservados da Biblioteca Central, 1^a ed., 1989; 2^a ed., 1990

Núcleo Documental do Instituto de Estudos Ingleses, Porto, 1991

Para além da Biblioteca Central, existem na Faculdade Institutos, Salas e Centros de Investigação (estes dependentes do INIC):

Instituto de Estudos Ingleses

" de Estudos Norte Americanos

" de Estudos Germanísticos

" de Geografia

" de Cultura Portuguesa

" de Arqueologia

- " de Documentação Histórica Medieval
- " de Filosofia e História da Filosofia
- " de História de Arte
- " de Língua Portuguesa
- " de Literatura Comparada
- " de Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa
- " de Sociologia
- " de Ciências da Educação

Sala Francesa

- " Brasileira
- " Espanhola
- " Neerlandesa
- " de História Moderna
- " de História Medieval

Centro de História

- " de Linguística
- " de Estudos Semióticos e Literários.

Dependente da Reitoria da Universidade, mas sediado na FLUP, funciona o Centro Norte de Portugal-Aquitânia (CENPA).

Obs.: O acesso de alunos a algumas destas unidades está condicionado, de acordo com as normas da direcção de cada uma delas.

C - Oficina Gráfica - Balcão de Vendas

Serviço de reprografia da Faculdade e de venda de publicações; apoia as actividades pedagógicas, de investigação e administrativas da escola. Preçário fixado pelo Conselho Directivo.

Horário de atendimento ao público:

2^a a 6^a feira: 8H30 - 19H30

Sábados: 9H00 - 12H30.

BAR

Presentemente, o serviço de cafeteria e de "snack" é assegurado por exploração dependente da Associação de Estudantes da Faculdade.

Horário:

2^a a 6^a feira: 8H30 - 19H00

Encerra ao Sábado, normalmente.

PARQUE DE ESTACIONAMENTO

Reservado aos elementos da FLUP. Entrada pela Travessa de Entre Campos. Possui zonas demarcadas, que devem ser respeitadas para comodidade de todos. Chama-se particular atenção para a área reservada à viatura da Faculdade, que deve manter-se sempre desimpedida.

No interior do parque aplicam-se todas as normas jurídicas sobre responsabilidade civil por danos causados a terceiros.

Horário:

2^a a 6^a feira - 7H30 - 23H00

Sábados- 7H30 - 13H00.

ACTIVIDADE ESCOLAR

A. Cursos de Licenciatura

História (Variante Arte; Variante Arqueologia)

Filosofia

Línguas e Literaturas Modernas (Est. Port; Est. Port/Franc; Est. Port/Ingl; Est. Port/Alem; Est. Ingl/Alem; Est. Franc/ Alem; Est. Franc/Ingl.)

Geografia

Sociologia.

B - Cursos Profissionalizantes:

a) Ramo educacional:

regime transitório

regime normal (3º e 4º anos).

b) Tradução (regimes transitório e normal).

C - Cursos de pós-graduação:

a) Mestrados: História Medieval

História Moderna e Contemporânea

História da Arte

Arqueologia

b) Curso de Especialização em Ciências Documentais - Opção "Bibliotecas e Documentação"; Opção "Arquivos"

D - Curso de Português para Estrangeiros.

INDICAÇÕES PEDAGÓGICAS (Síntese):

Os alunos devem ter em atenção o regime e tabela de precedências em vigor, assim como as Normas de avaliação aprovadas pelo Conselho Pedagógico.

1. RAMO EDUCACIONAL:

Regime transitório:

1º ano:

a) obrigatoriedade de frequência mínima a 2/3 das aulas;

b) os alunos que concluem a licenciatura têm direito a candidatar-se à inscrição no 1º ano no primeiro curso aberto após a conclusão da licenciatura;

c) equivalências concedidas:

em Filosofia: Filosofia da Educação à Introdução às Ciências da Educação;

em LLM: Didáctica da Língua Inglesa a Metodologia do Inglês.

2º ano:

- a) estágio nos locais fixados pela Direcção Regional de Educação do Norte;
- b) seminário semanal na Faculdade (3 horas);
- c) admissão ao estágio com aproveitamento em todas as disciplinas do 1º ano (na época de Julho; os alunos que terminam o 1º ano do regime transitório na época de Setembro em princípio só podem concorrer a lugares de estágio em Julho do ano seguinte).

Regime normal (Port. 850/87):

1. Candidaturas à inscrição, no 3º ano, nas disciplinas de:
"Introdução às Ciências da Educação" (ICE), em todos os cursos,

e

"Psicologia e Desenvolvimento da Aprendizagem" (PDA), em História e Filosofia.

2. Para poder candidatar-se ao ramo educacional - regime normal - o aluno deve estar em condições de passagem para o 3º ano do curso (isto é, com o máximo de duas disciplinas em atraso).

3. A média para seriação dos candidatos é calculada com base nas classificações da totalidade das disciplinas do 1º e do 2º ano, menos duas (se o aluno não tem disciplinas em atraso), ou menos uma (se só tem uma em atraso).

Obs.: Para os efeitos indicados no número precedente, não são levadas em conta as classificações mais baixas obtidas pelo aluno até à data.

Notas:

I - O regulamento dos estágios da FLUP, com a fórmula para o cálculo da classificação final, encontra-se publicado na Port. 659/88.

II - Os alunos devem ler com cuidado todos os avisos afixados sobre esta matéria antes de se dirigirem à Secretaria.

III - Informa-se que a Unidade de Apoio aos Alunos Deficientes (UAAD), da Pró-Reitoria da Universidade (Acção Social Universitária e Assistência Médica), presta apoio psico-social e médico-pedagógico aos estudantes invisuais. Neste âmbito a UAAD promove também a passagem de textos de apoio em Braille, com a colaboração da Associação de Cegos do Norte de Portugal.

No que concerne a aquisição do material específico, por parte destes alunos, dispõem os mesmos de cassetes, a preço mais acessível, no Centro de Documentação e de material didáctico dos Serviços Sociais da Universidade do Porto (SSUP).

Mais se informa que a Pró-Reitoria aguarda uma resposta da Biblioteca Pública Municipal do Porto, sobre uma proposta de colaboração para a gravação de textos de estudantes invisuais da Universidade do Porto.

2. CURSOS DE TRADUÇÃO - Para alunos de LLM (Port. 850/87):

Regime transitório:

a) possibilidades:

Variante de Est. Port/Ingl - Trad. Port./Ingl.

" Est. Port./Franc. - Trad. Port./Franc.

" Est. Franc./Ingl. - Port./Ingl. ou Port./Franc.

" Est. Ingl./Alem. - Port./Ingl. ou Port./Alem.;

b) podem candidatar-se os interessados que possuam a licenciatura nas variantes atrás indicadas (e nas condições fixadas na Port. 850/87), devendo fazê-lo nos dois primeiros concursos abertos após a conclusão desse grau.

Regime normal - 3º e 4º anos de todas as variantes de LLM com línguas estrangeiras

a) Possibilidades: todas as variantes de LLM que integrem línguas estrangeiras.

b) Critérios de selecção:

os candidatos devem estar em condições de passagem para o 3º ano (isto é, com o máximo de duas disciplinas em atraso e desde que nenhuma delas seja a língua em que o interessado pretende fazer o Curso de Tradução).

INDICAÇÕES ACADÉMICAS (Síntese):

1. No prazo de 7 dias a contar da afixação do respectivo aviso (ou pauta) ou da data do correio, os alunos devem dar cumprimento aos deferimentos favoráveis exarados nos requerimentos que tenham apresentado à Faculdade.

2. Reingressos, transferências, mudanças de curso:

Editais afixados em 8 de Outubro (inclusive)

Inscrições: de 9 a 15 de Outubro (inclusive)

Reclamações: de 9 a 15 de Outubro (inclusive)

3. Mudança de variante em LLM: os pedidos dos alunos da FLUP só podem ser considerados depois de terem completado todas as disciplinas do 1º ano em que se inscreveram.

4. Curso de Ciências Documentais (pós-graduação) - as disciplinas em atraso do curso anterior podem ser feitas no curso seguinte.

Notas:

1. Para as restantes informações, devem os alunos consultar o folheto Indicações Úteis aos Alunos, difundido gratuitamente pela Universidade do Porto.

2. Chama-se a especial atenção dos alunos para os avisos sobre a micro-radiografia.

NORMAS DE AVALIAÇÃO

(Aprovadas pelo Conselho Pedagógico em 19.7.91)

No desempenho das funções que lhe competem segundo os Estatutos da Universidade do Porto e os Estatutos da Faculdade de Letras e de acordo com a legislação em vigor, o Conselho Pedagógico aprovou as Normas de Avaliação de Conhecimentos para o ano lectivo de 1991-1992. Estas Normas contêm algumas alterações de fundo relativamente às normas vigentes no ano anterior, por se ter entendido que era necessário reajustar alguns dos critérios às necessidades que a prática pedagógica demonstrou existirem. Em alguns outros casos entendeu-se por bem ser-se mais claro e rigoroso na formulação dessas mesmas normas; finalmente, o Conselho achou útil reordenar as várias cláusulas, a fim de tornar mais simples e operacional a sua consulta.

A. MODALIDADES DE AVALIAÇÃO

Artº 1º - Caracterização das modalidades de avaliação

1. Admitem-se as seguintes modalidades de avaliação:

- a. Avaliação contínua.
- b. Avaliação periódica.
- c. Avaliação final.

2. No âmbito destas três modalidades de avaliação há ainda a considerar que certas disciplinas funcionam com provas de tipo especial, tais como:

- a. Trabalhos de campo.
- b. Trabalhos de investigação.

3. Fora do âmbito das três modalidades de avaliação referidas, há ainda o caso especial das disciplinas que funcionam em seminário e que têm requisitos especiais regulamentados separadamente.

4. Poderá existir uma combinação de avaliação contínua com avaliação periódica ou final nos termos do ponto A, artigo 4º das presentes normas.

Artº 2º - Apresentação do plano de avaliação

1. No início do ano lectivo, ao apresentar o programa da disciplina, deverá o docente apresentar o plano de avaliação e dialogar com os alunos acerca dos seus diferentes aspectos, com explicitação dos objectivos pedagógico-didácticos, modalidades de avaliação, critérios, e instrumentos de avaliação a utilizar.

2. Este plano de avaliação terá em conta as condições concretas de funcionamento de cada disciplina, nomeadamente:

- a. Número de alunos.
- b. Número de docentes.
- c. Natureza da disciplina e conteúdos leccionados.

3. Todos os alunos devem tomar conhecimento desde o início do ano lectivo do plano de avaliação de cada uma das disciplinas em que estão inscritos. Em caso algum poderão invocar desconhecimento desse plano nos momentos de avaliação.

B. AVALIAÇÃO CONTÍNUA

Artº 3 - Tipos de provas

1. A modalidade de avaliação contínua consiste na realização complementar ou em alternativa de vários tipos de provas: trabalhos escritos e orais, relatórios de leitura ou de trabalho de campo, elaboração de bibliografias críticas, testes escritos e orais, ou outras.

2. Uma das provas tem de ser um teste escrito realizado na própria sala de aula e em presença do docente.

3. Os alunos devem ser e estar claramente informados sobre qual o número mínimo de provas necessárias para a aprovação.

4. Os alunos devem ser e estar informados sobre todos os elementos de avaliação, incluindo os trabalhos orais e a participação oral nas aulas, assim como dos critérios de ponderação adoptados.

5. As classificações de avaliação contínua devem ser regularmente comunicadas ao aluno.

6. As classificações de avaliação contínua são ponderadas em números inteiros na escala de 0 a 20 para efeitos de afixação nas pautas oficiais, conforme o estipulado no artigo 18º destas normas.

Artº 4 - Funcionamento das aulas

1. A avaliação contínua pode ser realizada em qualquer tipo de disciplina, em turmas cuja frequência média não excede 30 alunos.

2. Em certos casos pode haver alteração desse número mediante prévia autorização do Conselho Pedagógico.

3. De modo a possibilitar a realização da avaliação contínua, as disciplinas podem ser organizadas em turmas teóricas e turmas práticas (1 teórica + 2 ou 3 práticas), sem prejuízo da carga horária prevista na distribuição de serviço dos docentes e mediante acordo prévio do Conselho Directivo no que respeita à ocupação de salas.

4. Caso exista uma nítida distinção entre aulas teóricas e aulas práticas, uma mesma disciplina pode funcionar simultaneamente com dois tipos de avaliação: avaliação periódica ou final relativamente às aulas teóricas; avaliação contínua relativamente às aulas práticas. Em caso de avaliação negativa na componente teórica, a classificação que o aluno tenha obtido na componente prática em avaliação contínua, desde que positiva, é considerada até à época de recurso ou especial do mesmo ano lectivo.

5. As disciplinas ou turmas que funcionam no regime de avaliação contínua podem ter aulas durante a interrupção motivada pelas primeiras provas de avaliação periódica, mediante acordo entre professor e alunos.

Artº 5 - Exigência de presenca às aulas

1. A avaliação contínua obriga à presença do aluno no mínimo em 2/3 das aulas.

2. A presença dos alunos é verificada pela assinatura de folhas de presença, sob a responsabilidade do docente.

3. Na situação dos números 3 e 4 do artigo 4º, os alunos ficam obrigados a este regime de presenças apenas em relação às aulas práticas.

Artº 6 - Inscrição e desistência

1. A inscrição nesta modalidade de avaliação é feita no decurso do primeiro mês de funcionamento da disciplina.

2. Os alunos podem desistir da avaliação contínua, tendo direito a submeter-se à avaliação final na época normal primeira época, até ao fim do primeiro período de avaliação periódica, no caso das línguas vivas; e até à primeira aula da disciplina a seguir às férias da Páscoa, nas restantes disciplinas.

3. A desistência efectua-se por comunicação escrita, datada e assinada e entregue pessoalmente ao professor.

Artº 7 - Reprovação e direito à época de recurso

1. O aluno que obtenha classificação negativa em avaliação contínua é considerado reprovado, tendo no entanto direito a realizar exame final na época de recurso nas condições fixadas pela lei geral e conforme o estipulado nos artigos 13º e 15º das presentes normas.

C. AVALIAÇÃO PERIÓDICA

Artº 8 - Tipos de provas

1. O número de provas a realizar é no mínimo de duas, sendo uma obrigatoriamente na presença do docente e podendo a outra ser um trabalho realizado fora da aula, desde que previamente acordado entre docente e aluno.

2. Nas disciplinas em que se entenda necessária a realização de trabalhos práticos ou de campo, estes terão um estatuto próprio e a sua realização deve ser previamente acordada entre docente e alunos, assim como os critérios e a ponderação da avaliação respectiva.

3. Quaisquer outras provas, orais e escritas, que venham a ser realizadas no âmbito de cada disciplina são facultativas excepto no caso das línguas vivas conforme o estipulado no artigo 12º.

4. As provas só podem incidir sobre matéria leccionada até 8 dias

antes da sua realização.

5. Sempre que as classificações das provas que excedam o número mínimo de duas sejam consideradas para efeito de média final, devem ser publicadas em pauta como as restantes.

Artº 9 - Repescagem

1. Os alunos em avaliação periódica têm direito, nas condições abaixo indicadas, a uma prova de repescagem a realizar simultaneamente com a primeira chamada do exame final da época normal.

2. A nota de uma das provas de avaliação periódica tem de ser obrigatoriamente positiva para o aluno poder realizar a prova de repescagem.

3. Os alunos que tenham obtido uma nota igual ou inferior a sete valores numa das provas, ou a ela tenham faltado, têm direito a repescagem sobre a matéria respeitante àquela prova nas condições do ponto 2.

4. Não realizam prova de repescagem os alunos que tenham obtido numa das provas 8 ou 9 valores desde que a média final das notas seja positiva.

5. A nota obtida na prova de repescagem anula a nota da prova que substitui.

6. Em caso algum a prova de repescagem se destina a melhoria de nota.

7. Para que os alunos se considerem aprovados em avaliação periódica, a média final tem de ser positiva e em nenhuma das provas obrigatórias a nota pode ser igual ou inferior a sete valores.

Artº 10 - Inscrição e desistência

1. A inscrição do aluno nesta modalidade de avaliação considera-se efectiva pela sua presença na primeira prova de avaliação periódica.

2. Alunos que não compareçam à primeira prova, mas queiram optar por esta modalidade de avaliação, devem informar o responsável da cadeira até dez dias úteis após o reinício das aulas.

3. Presume-se que um aluno que não cumpra com o disposto em nenhum dos dois pontos acima referidos optou pela modalidade de avaliação final.

4. Um aluno que não compareceu à segunda prova de avaliação periódica perde, por isso, o direito a esta modalidade de avaliação salvo se comunicar ao professor até três dias úteis após a realização da mesma que tenciona manter-se nesta modalidade.

5. Presume-se que um aluno que não cumpra com o procedimento referido no ponto 4 deste artigo optou pela avaliação final.

6. A desistência de uma prova durante a sua realização equivale à

classificação de zero valores.

7. Um aluno que compareça a duas ou mais provas de avaliação periódica perde o direito à desistência desta modalidade de avaliação, não podendo realizar exame final na época normal.

Artº 11 - Reprovação e direito à época de recurso

1. O aluno em avaliação periódica que não tenha tido classificação positiva na primeira prova, compareça à segunda e não tenha igualmente classificação positiva nesta ou dela desista, considera-se reprovado.

2. O aluno que obtenha classificação negativa em avaliação periódica é considerado reprovado, tendo no entanto direito a realizar exame final na época de recurso nas condições fixadas pela lei geral e conforme os artigos 13º e 15º das actuais normas.

Artº 12 - Tipos de provas em línguas vivas

1. Sem prejuízo do exposto nos artigos 8º, 9º e 10º, a avaliação periódica consta de dois tipos de provas: escritas e orais.

2. As provas escritas são em número de duas e precedem a oral, obrigando a uma média mínima de nove valores, sendo uma delas obrigatoriamente positiva.

3. Cabe aos docentes fixar o momento de realização, observando o intervalo mínimo de 48 horas (dias úteis) após a fixação dos resultados das provas escritas, segundo o estipulado no artº 19.

4. A classificação final deve obter-se pela média entre a nota da prova oral e a média alcançada nas provas escritas e segundo o estipulado no artigo 18º destas normas.

5. Em línguas vivas a prova oral funciona sempre como uma prova autónoma com a finalidade de avaliar a capacidade de expressão oral do aluno, não podendo nunca ser entendida como prova de repescagem das provas escritas.

6. Para efeitos de média final nenhuma das três provas realizadas pode ter uma classificação inferior a oito valores.

D. AVALIAÇÃO FINAL

Artº 13 - Tipo de provas

1. O exame final é constituído por uma prova escrita e, se necessário ou requerido, uma prova oral, devendo aquela anteceder sempre esta.

2. Na época normal de exames finais realizam-se duas chamadas por

cada disciplina nas provas escritas, sendo esse número de apenas uma nas restantes épocas, isto é, época de recurso e época especial.

3. Nas disciplinas em que seja obrigatória a realização de uma prova prática no exame final, esta poderá ser substituída por um trabalho prático ou de campo previamente realizado ao longo do ano lectivo, desde que para tal haja acordo entre professor e aluno; a ponderação desse trabalho na nota final deverá corresponder à da parte prática do exame final.

4. Segundo o artº 9 da Portaria nº886/83 de 22 de Setembro e resolução do Conselho Científico da FLUP de 28 de Maio de 1984, os alunos podem realizar exames a duas disciplinas anuais ou quatro semestrais na época de recurso.

5. Segundo as mesmas portaria e resolução referidas no ponto anterior, na época especial (normalmente em Dezembro), os alunos podem prestar provas de exame final a duas disciplinas anuais ou quatro semestrais (no máximo), desde que com a aprovação em tais disciplinas reúna as condições necessárias à obtenção de grau ou diploma.

Artº 14 - Exames para melhoria de classificação

1. Os alunos podem requerer melhoria de classificação numa das duas épocas consecutivas àquela em que tenham obtido aprovação na respectiva disciplina.

2. Os alunos que desejem fazer exames para melhoria de classificação no ano seguinte àquele em que obtiveram a passagem nas disciplinas respectivas, têm de se cingir aos programas leccionados durante o ano lectivo em que terá lugar o novo exame e de prestar provas com o docente ou docentes que ministraram os referidos programas.

3. Os alunos podem requerer melhoria de classificação relativamente a qualquer disciplina e sem restrição numérica de disciplinas.

4. No exame para melhoria de nota prevalece a classificação mais elevada.

Artº 15 - Provas orais em avaliação final

1. As provas orais devem realizar-se em salas de aula abertas ao público e perante um júri constituído por um número mínimo de dois docentes ligados à área da disciplina.

2. Cabe aos docentes determinar o momento da realização da prova oral, observando o intervalo mínimo de 48 horas (dias úteis) após a afixação da classificação da prova escrita correspondente.

3. A nota mínima de admissão à prova oral é de oito valores, tendo

em conta os arredondamentos fixados no artº 18.

4. Os alunos que obtenham na prova escrita nota igual ou superior a dez valores ficam dispensados da prova oral sem que, no entanto, lhes seja vedado requerê-la no prazo de 48 horas (dias úteis) após a afixação da classificação da prova escrita.

5. Sempre que se realize uma prova oral em avaliação final, o resultado será a média obtida entre a nota da prova escrita e a nota da prova oral, arredondada para números inteiros, na escala 0 a 20, segundo o estipulado no artº 18.

6. Nas disciplinas de línguas vivas a prova oral é sempre obrigatória, excepto no caso referido no ponto 3 deste artigo.

7. O regime de obrigatoriedade da prova oral pode ser estendido a qualquer outra disciplina que não as línguas por decisão do Conselho Pedagógico, sob proposta do responsável pela disciplina e ouvido o Conselho Científico.

E. TRABALHOS DE INVESTIGAÇÃO E SEMINÁRIOS

Artº 16 - Definição de trabalho de investigação

1. Considera-se um trabalho de investigação um trabalho em que haja pesquisa bibliográfica e documental original e individualizada e cuja apresentação e dimensão obedeça a certos requisitos mínimos previamente acordados entre docente(s) e aluno ou grupo de alunos.

2. Os critérios, métodos, prazos e formas de realização devem ser discutidos com o docente no início da realização do trabalho; o docente deve acompanhar de perto a elaboração do trabalho em todos os seus trâmites.

3. Os alunos pertencentes a um mesmo grupo de trabalho podem ter uma classificação diferenciada em função da sua participação individual desde que essa diferenciação seja objectivamente fundamentada e esta possibilidade tenha sido comunicada pelo docente no início do trabalho.

Artº 17 - Seminários

1. Os seminários são disciplinas incluídas nos currículos das licenciaturas e designadas enquanto tal nos termos da legislação em vigor.

2. Para efeitos de avaliação, docente e aluno ficam obrigados a participar num número de reuniões a determinar no início do seminário.

3. A avaliação a realizar nessas reuniões é de natureza qualitativa.

4. Para todos os efeitos consideram-se essas reuniões equivalentes a provas de qualquer outro sistema de avaliação ainda que sem prejuízo dos

trabalhos a realizar.

5. Os trabalhos de investigação realizados no âmbito dos seminários obedecem às normas estipuladas no artigo 16.

F - APRESENTAÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES E SUA APLICAÇÃO

Artº 18 - Forma de apresentação das classificações

1. Todas as notas relativas a provas ou a trabalhos que servem de fundamento à classificação final são publicadas sob a forma de nota quantitativa (escala de 0 a 20) em pautas datadas e assinadas pelo docente da disciplina.

2. As classificações afixadas em pauta são apresentadas em números inteiros.

3. Para o cálculo de médias finais as décimas são arredondadas à unidade por defeito até ao meio valor, exclusive, e por excesso a partir do meio valor, inclusive.

4. Quaisquer outras escalas utilizadas pelo docente no âmbito das suas classificações terão de ser convertidas à escala referida nos pontos anteriores para efeitos de classificações finais e periódicas.

Artº 19 - Prazos de afixação das classificações

1. Os resultados da primeira prova de avaliação periódica devem ser afixados até, no máximo, 30 dias antes da realização da segunda prova de avaliação periódica.

2. Os resultados da segunda prova de avaliação periódica devem ser afixados, em dias úteis, até 48 horas antes da realização da prova de repescagem respectiva.

3. Os resultados dos exames devem ser afixados, em dias úteis, até 48 horas antes da realização das provas orais respectivas, com indicação explícita do dia e hora em que estas se realizam.

4. Os resultados das provas orais devem ser afixados no próprio dia em que as provas se realizaram.

5. Os resultados dos exames da época de recurso devem ser afixados até 24 horas antes da data do início do prazo das inscrições nas disciplinas do ano lectivo seguinte.

6. Estes prazos vigoram sem prejuízo de quaisquer outros que os Conselhos Pedagógico e Directivo venham a determinar e publicitar em tempo oportuno.

G - CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO E CONSULTA DAS PROVAS

Artº 20 - Consulta das provas

1. Os alunos têm direito de consultar as suas provas e outros elementos de avaliação depois de classificadas, desde que na presença do docente.
2. Em caso de prestação de prova oral os alunos têm o direito de conhecer a classificação da prova escrita correspondente.
3. Caso o Conselho Pedagógico considere existir alguma irregularidade processual nas classificações ou lhe seja remetido algum requerimento apontando tais irregularidades, tomará as providências que entender necessárias no sentido de resolver a situação.

Artº 21 - Condições de prestação de provas e casos de fraude

1. No início de cada prova o docente deve informar claramente os alunos acerca das condições de prestação da prova.
2. Em caso de fraude comprovável o docente deve anular a prova e comunicar o facto ao Conselho Pedagógico.
3. Caso haja apenas suspeitas de fraude deve o docente comunicar todas as informações sobre a sua fundamentação ao Conselho Pedagógico, o qual tomará posição depois de ouvidas todas as partes envolvidas.
4. No caso de fraude grave comprovada o Conselho Pedagógico comunicará o facto à secção disciplinar do Senado Universitário.

Artº 22 - Identificação dos alunos no momento de prestação de provas

1. Os docentes encarregados de vigiar quaisquer provas têm o direito de exigir aos alunos documento comprovativo da sua identidade.
2. Os docentes encarregados de vigiar provas de avaliação periódica e exames finais devem fazer circular uma folha de presenças e recolher as assinaturas de todos os alunos presentes; essa folha de presenças devidamente datada e rubricada, deve ser entregue ao docente responsável da disciplina juntamente com as provas respectivas.

H - CALENDÁRIO DE PROVAS

Artº 23 - Direito a reclamação relativa ao calendário de provas

1. Dadas as dificuldades na elaboração do calendário nos cursos com múltiplas variantes, está previsto um prazo para reclamações relativas a

coincidências de provas de disciplina do mesmo ano. O prazo é de 48 horas (dias úteis) depois de afixados o calendário das provas.

2. As reclamações devem ser dirigidas ao Presidente do Conselho Pedagógico e entregues à Secretaria da Faculdade; o Presidente do Conselho Pedagógico delegará num ou mais membros deste Conselho o poder de resolução destas situações.

Calendário das provas em 1991-1992
(Aprovado na reunião do Conselho Pedagógico de 12.07.91)

Avaliação periódica:

Primeiras provas: de 10 a 29 de Fevereiro de 1992 (Reinício de aulas: 5 de Março de 1992)

Segundas provas: de 1 a 17 de Junho de 1992. (As orais de línguas vivas poderão recair entre 17 e 25 de Junho de 1992.)

Fim de aulas: 30 de Maio de 1992

Exame final:

Época normal: de 25 Junho a 13 de Julho de 1992. (Entrega de termos até 20 de Julho de 1992.)

Época de recurso: de 10 a 25 de Setembro de 1992

A proposta de as provas das cadeiras específicas do Ramo Educacional serem realizadas dentro do prazo das restantes foi aprovada pelo do Conselho Pedagógico em 19/07/91.

PUBLICAÇÕES:

1. REVISTAS

Revista de Faculdade de Letras:

História, II série: 1984 ss.

Filosofia, II série: 1985 ss.

Línguas e Literaturas, II série: 1984 ss.

- Geografia, 1985 ss.
Portugalia (Instituto de Arqueologia), nova série, 1980 ss
Runa, Revista Portuguesa de Estudos Germanísticos (Coedição do Instituto de Estudos Germanísticos da FLUP), 1984 ss.
Revista Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos (Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos, Faculdade de Letras da Universidade do Porto), 1990 ss.

2. OUTRAS PUBLICAÇÕES:

Bibliografia Cronológica da Espiritualidade em Portugal. 1501-1700, Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa, "Línguas e Literaturas - Anexo II", 1988

Duas Línguas em Contraste: Português e Alemão. Actas do 1º Colóquio Internacional de Linguística Contrastiva Português-Alemão (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1988), Porto, Faculdade de Letras-Instituto de Estudos Germanísticos, "Línguas e Literaturas - Anexo III", 1989

FARDILHA, Luís Fernando de Sá - Poesia de D. Manoel de Portugal. I - Prophana, Edição das suas fontes, Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa, "Línguas e Literaturas - Anexo IV", 1991

"Fundo Primitivo" da Biblioteca Central. 1919-1928, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1989

Problemáticas em História Cultural (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1986), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa, "Línguas e Literaturas - Anexo I", 1987

3. TRABALHOS PUBLICADOS EM COLABORAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES:

FERNANDES, José Alberto V. Rio - A Foz. Contribuição para o Estudo do Espaço urbano do Porto, Porto, INIC/FLUP, 1985

HOMEM, Armando Luís de Carvalho - O Desembargo Régio (1230-1433), Porto, INIC/Centro de História (UP), "História Medieval - 5", 1990

MARQUES, Helder - Região Demarcada dos Vinhos Verdes. Ensaio de Geografia Humana, Porto, INIC/FLUP, 1985

MARQUES, João Francisco - A Parenética Portuguesa e a Dominação Filipina, Porto, INIC/Centro de História (UP), "História - 6", 1986

MARQUES, João Francisco - A Parenética Portuguesa e a Restauração - 1640-1668; 2 vols., Porto, INIC/Centro de História (UP), "História Moderna e Contemporânea - 2", 1988

PINTO, Maria da Graça Lisboa Castro - Abordagem a Alguns Aspectos

da Compreensão Verbal na Criança. Estudo Psicolinguístico do "Token Test" e de Materiais de Metodologia Complementar, Porto, INIC/Centro de Línguística (UP), "Linguística - 8", 1988

3.1. Com o NÚCLEO DE ESTUDOS FRANCESSES DA UNIVERSIDADE DO PORTO:

3.1.1. REVISTA:

Intercâmbio, 1990

3.1.2. OUTRAS PUBLICAÇÕES:

BRITO, Ferreira de - Nas Origens do Teatro Francês em Portugal, Porto, Núcleo de Estudos Franceses da Universidade do Porto, 1989

BRITO, Ferreira de - Revolução Francesa. Emigração e Contrarrevolução, Porto, Núcleo de Estudos Franceses da Universidade do Porto, 1989

BRITO, Ferreira de - Voltaire na Cultura Portuguesa. Os Tempos e os Modos, Porto, Núcleo de Estudos Franceses da Universidade do Porto, 1991

3.2. Com a BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO:

EIRAS, Adriano - Faculdade de Letras do Porto 1919-1931. Contribuição para a sua História, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1989

PUBLICAÇÃO DE ACTAS DE COLÓQUIOS E CONGRESSOS REALIZADOS OU PARTICIPADOS PELA FLUP:

O Porto na Época Moderna (Faculdade de Letras do Porto, Novembro de 1979), "Revista de História", Porto, INIC/Centro de História UP, vol. II, 1979, vol. III, 1980

Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste (Novembro de 1983), "Portugalia", Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Arqueologia, nova série, IV-V, 1983-1984

I Jornadas de Estudo Norte de Portugal - Aquitânia (Faculdade de Letras do Porto, Novembro de 1984), Porto, Centro de Estudos Norte de Portugal - Aquitânia (CENPA), 1986

II Jornadas Luso - Espanholas de História Medieval (Novembro de 1985), 3 vols., Porto, Centro de História UP/INIC, 1987, 1989

Problemáticas em História Cultural (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1986), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa, "Línguas e Literaturas - Anexo I", 1987

I Congresso de Literaturas Marginais (Faculdade de Letras do Porto, Abril de 1987) (No prelo)

Victor Hugo e Portugal. Actas do Colóquio (No Centenário da sua Morte) (Faculdade de Letras do Porto, Maio de 1987), Porto, Ed. subsidiada pela Fundação Eng. António de Almeida e pela Fondation Calouste Gulbenkian, 1987

Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1986), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Estudos Ingleses, 1988

La Sociologie et les Nouveaux Défis de la Modernisation (Faculdade de Letras do Porto, Maio de 1987), Porto, Association Internationale des Sociologues de Langue Française - Secção de Sociologia da Faculdade de Letras do Porto, 1988

Congresso Internacional "Bartolomeu Dias e a sua época", 5 vols., Porto, Universidade do Porto - Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989

Encontro de Literatura Suiça (Faculdade de Letras do Porto, Maio de 1989), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Estudos Germanísticos, 1989

Eca e "Os Maias", I Encontro Internacional de Queirosonianos (Faculdade de Letras do Porto, Novembro de 1988), Porto, Edições ASA, 1990

OUTRAS PUBLICAÇÕES DA FACULDADE (Divulgação interna):

CONSELHO DIRECTIVO:

Guia do Estudante, Porto, 1980/81 ss.

Faculdade de Letras, 1988-1989, Porto, 1989

Dissertações Académicas, Porto, 1991

PUBLICAÇÕES DO CENTRO DE ESTUDOS NORTE DE PORTUGAL - AQUITÂNIA (CENPA):

I Jornadas de Estudo Norte de Portugal - Aquitânia, Porto, Universidade do Porto - Centro de Estudos Norte de Portugal - Aquitânia, 1986

PEREIRA, Gaspar Martins - O Douro. A Vinha, o Vinho e a Região de Pombal a João Franco, Porto, Centro de Estudos Norte de Portugal - Aquitânia, 1990

PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DA FACULDADE DE LETRAS DO PORTO (AEFLUP):

1. Revista

Humanidades, 1982 ss.

PROGRAMAS

NOTA: Os programas que se seguem encontram-se aprovados pelo Conselho Científico para o ano lectivo de 1991-92. As indicações constantes das bibliografias são da responsabilidade dos respectivos docentes.

SOCIOLOGIA POLÍTICA

Docente: Prof. Doutor António Teixeira Fernandes

1. Introdução. Sociologia e Sociologia Político. Alguns vectores de análise.
2. A especificidade dos fenómenos políticos. Poder, dominação e autoridade.
3. A relação entre as concepções da sociedade e do poder político.
4. O exercício da autoridade. Estado-razão e Estado-dominação.
5. A legitimidade do poder político. Sistemas de legitimação e fontes de legitimidade.
6. A tendência histórica à concentração do poder político. A liberdade no jogo do poder e do contra-poder.
7. Os partidos políticos e as classes sociais. As classes sociais e a acção de classe. O sufrágio universal.
8. A burocratização da vida política e social. Elites e circulação de elites. A alternância do poder.
9. A democracia nas sociedades modernas. As condições necessárias à sua realização.

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

- ANSART, Pierre - Les Idéologies Politiques, Paris, PUF, 1974
"- Idéologies, Conflits et Pouvoir, Paris, PUF, 1977
- ARENOT, Hannah - Le système totalitaire, Paris, Seuil, 1972
"- La crise de la Culture, Paris, Gallimard, 1972
- ARON, Raymond - Démocratie et totalitarisme, Paris, Gallimard, 1983
"- Essai sur les Libertés, Paris, Gallimard, 1982
- AUGÉ, Marc - Pouvoirs de Vie, Pouvoirs de Mort, Paris, Flammarion, 1977
- BALANDIER, Georges - Anthropologie politique, Paris, PUF, 1984
- BÉNÉTON, Philippe - Introduction à la politique moderne, Paris, Hachette, 1987
- BIRNBAUM, Pierre - La logique de l'État, Paris, Fayard, 1982
- BURDEAU, Georges - La démocratie, Paris, Seuil, 1966
"- L'État, Paris, Seuil, 1970
- CLASTRES, Pierre - La Société contre l'État, Paris, Minuit, 1982

- DURKHEIM, Emile - De la Division du travail social, Paris, PUUF,
1967
- "- Leçons de Sociologie, Paris, PUF, 1969
- DUVERGER, Maurice - Les Partis politiques, Paris, Armand Clin,
1981
- EASTON, David - Analyse du système politique, Paris, Armand Colin,
1974
- FERNANDES, A. Teixeira - Os Fenómenos Políticos. Sociologia do
Poder, Porto, Afrontamento, 1988
- FREUND, J. - L'Essence du Politique, Paris, Sirey, 1981
- JOUVENEL, Bertrand de - Du Pouvoir, Paris, Hachette, 1982
- LIPSET, S. M. - L'Homme et la Politique, Paris, Seuil, 1963
- LAPIERRE, J. W. - Vivre sans l'État?, Paris, Seuil, 1963
- "- L'Analyse des Systèmes politiques, Paris, PUF, 1973
- MICHELS, Robert - Les Partis politiques, Paris, Flammarion, 1971
- MILLS, C. Wright - L'Élite du Pouvoir, Paris, Maspero, 1969
- OSTROGORSKI, Moisei - La Démocratie et les Partis politiques,
Paris, Seuil, 1979
- PARETO, Vilfredo - Traité de Sociologie Générale, Genebra-Paris,
Droz, 1968
- SOREL, Georges - Réflexions sur la violence, Genebra-Paris, Slatkine,
1981
- TOCQUEVILLE, Alexis de - De la Démocratie en Amérique, Paris,
Flammarion, 1981
- VARIOS - Le Pouvoir des Médias, Paris, PUF, 1987
- WEBER, Max - Economía y Sociedad, México-Buenos Aires, Fondo
de Cultura Económica, 1964
- "- O Político e o Cientista, Lisboa, Presença, s/d

SOCIOLOGIA DA ESTRATIFICAÇÃO E DAS CLASSES SOCIAIS

Docente: Dr^a Dulce Maria da Graça Magalhães

1. Introdução: diferenças, desigualdades e conflitos sociais.
2. Localização do conceito de classe em alguns quadros teóricos fundamentais da Sociologia.
 - 2.1. Fundamentos e problemas da análise marxista das classes sociais.
 - 2.2. A perspectiva weberiana sobre classes, status e partido.
 - 2.3. Estratificação e mobilidade social no estruturo-funcionalismo.
 - 2.4. Outras referências clássicas.
3. Novos contributos da teoria das classes e da estratificação para a análise das sociedades contemporâneas.
 - 3.1. Sobre o conceito de propriedade dos meios de produção.
 - 3.2. Lugares de classe, trajectos de classe.
 - 3.3. Lugares contraditórios e dupla pertença de classe.
 - 3.4. As "classes médias" e a divisão da classe operária.
 - 3.5. Escolarização, transformações do mercado de trabalho e estrutura de classes.
 - 3.6. Outras questões.
4. Dificuldades e possibilidades de operacionalização na análise sociológica das classes e da estratificação.
 - 4.1. Definição do problema.
 - 4.2. Referência aos limites e virtualidades dos indicadores de estrutura social nas estatísticas portuguesas.
5. Estrutura social portuguesa.
 - 5.1. Análises globais.
 - 5.2. Análises de âmbito local e regional.
6. Exemplos de análises sociológicas de práticas de classe.
 - 6.1. Das desigualdades de consumo às lógicas de distinção.
 - 6.2. Culturas e práticas culturais de classe.
 - 6.3. Interacção e relações de classe.

7. Mobilidade e mudança nas sociedades contemporâneas.

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

ALMEIDA, J. F. - Classes sociais nos campos, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Univ. de Lisboa, 1986

BOURDIEU, P. - La distinction, Paris, Minuit, 1979

GIDDENS, A. - Capitalismo e moderna teoria social, Lisboa, Presença/Martins Fontes, 1976

MILLS, W. - A elite do Poder, Rio de Janeiro, Zahar, 1981

LAURIN-FRENETTE, N. - Las teorías funcionalistas de las classes sociales. Sociología e ideología burguesa, Madrid, Siglo XXI, 1985

VELHO, O. G. e outros (Org.) - Estrutura de classes e estratificação social, Rio de Janeiro, Zahar, 1981

Nota: Ao longo das aulas será facultada aos estudantes bibliografia complementar.

SOCIOLOGIA RURAL E URBANA

Docente: Dr^a Helena Carlota Ribeiro Vilaça

I. SOCIOLOGIA URBANA

1. Objecto da Sociologia Urbana.

1.1. Problemas de definição - a crise urbana.

1.2. Uso e percepção do espaço.

1.3. Especificidade do espaço urbano.

2. Sociologia Urbana: as principais teorias.

2.1. Ecologia humana - a Escola de Chicago.

2.2. Marx.

2.3. Weber.

2.4. Abordagem culturalista.

2.5. Tendências actuais - Estados Unidos e França.

3. O sistema urbano.

3.1. Planeamento urbano: a importância de um enquadramento territorial.

3.2. Políticas urbanas.

3.2.1. Industrialização e Tercearização.

3.2.2. Habitação: o alojamento público e o alojamento privado; a legalidade e o fenómeno clandestino.

3.2.3. Transportes.

3.2.4. Equipamentos colectivos.

3.2.5. O processo de urbanização em Portugal.

II. SOCIOLOGIA RURAL

1. Objecto da Sociologia Rural.

1.1. Tradições teóricas da Sociologia Rural.

1.2. Problemas em torno de um objecto:

1.2.1. A dicotomia cidade - campo.

1.2.2. Espaço rural e modernização - agricultura e indústria.

1.2.3. Agricultura e recursos naturais.

1.2.4. Identidades locais e regionais.

2. Espaços rurais.
 - 2.1. Comunidade rural e identidade local.
 - 2.2. Família e redes de sociabilidade.
 - 2.3. Classes e estratos sociais no campo.
3. Meio rural e meio urbano.
 - 3.1. Tradição e inovação.
 - 3.2. A urbanização do espaço rural.
 - 3.3. Industrialização e transformações espaciais.
 - 3.3.1. Agricultura a tempo parcial.
 - 3.4. O fenómeno de rurbanização.
4. Espaços rurais na sociedade portuguesa.
 - 4.1. População rural e população activa agrícola.
 - 4.2. Êxodo rural e êxodo agrícola.
 - 4.3. A adesão à C.E.E.

BIBLIOGRAFIA

A. SOCIOLOGIA URBANA

BOURDIN, A. - Le patrimoine réinventé, Paris, PUF, 1984

CASTELLS, M. - Problemas de investigação em sociologia urbana,

Edit. Presença, Lisboa, 1979

"- Crisis urbana y cambio social, Ed., Siglo XXI, Madrid, 1981

FARIA, C.V. - Novo fenómeno urbano: Aglomeração de Setúbal.

Ensaios de Sociologia Urbana, Assírio e Alvim, Lisboa, 1981

MORVAL, J. - Introduction à la psychologie de l'environnement,
Pierre Mardaga ed., Bruxelles, 1981

NEWBY, G. - Introducción a la Sociología urbana, Madrid, Alianza,
1983

PRETECEILLE, E.; PINCON-CHARLOT, M. - Segregation urbaine:
Classes sociales et équipements collectifs en région parisienne, Anthropos, 1986

REMY, J.; VOYÉ, L. - La ville et l'urbanisation, Gembloux, Duculot,
1974

TOPALOV, C. - "La politique du logement dans le processus
révolutionnaire portugais: 25 avril 1974 - 11 mars 1975", in Espaces et
sociétés, 17-18, Paris, 1976

VÁRIOS - L'école de Chicago - naissance de l'écologie urbaine,
Champs Urbain, Paris, 1979 (antologia)

B. SOCIOLOGIA RURAL

ALMEIDA, J.F. - "A monografia rural", in Análise Social, nº52, 1979

FREITAS, E.; ALMEIDA, J.F. - Modalidades de penetração do capitalismo na agricultura. Estruturas agrárias em Portugal Continental, 1950-1970, Ed. Presença, lisboa, 1976

BAUER, G.; ROUX, J. M. - La rurbanisation ou la ville éparpillée, Seuil, Paris, 1976

LEFEVBRE, H. - Du rural à l'urbain, Éditions Anthropos, Paris, 1970

MENDRAS, H. - "Sociologie des Ruraux", Encyclopédie Universalis.

"- La fin des paysans, Paris, Armand Colin, 1967

NEWBY, H. - "Rural Sociology", Current Sociology, vol. 28, nº1, 1980

PINTO, J.M. - Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos, Afrontamento, Porto, 1985

RAMBAUD, P. - Société Rurale et Urbanisation, Seuil, Paris, 1969

SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

Docente: Dr^a Helena Carlota Ribeiro Vilaça
Dr^a Isabel Maria A. Coelho dos Santos

1. Introdução.

- 1.1. Análise de Conceitos.
 - 1.1.1. Progresso, evolução, mudança social.
 - 1.1.2. Crescimento e Desenvolvimento.
- 1.2. A percepção do (sub)desenvolvimento.
 - 1.2.1. Evolução dos discursos: evidências e representações.
 - 1.2.2. O problema das resistências e dos obstáculos.

2. Produção de teorias do desenvolvimento.

- 2.1. Os factores económicos do desenvolvimento.
- 2.2. Os factores sócio-culturais do desenvolvimento.
 - 2.2.1. A teoria da modernização.
 - 2.2.2. Os factores psicossociológicos.

3. Quadro histórico do desenvolvimento e subdesenvolvimento.

- 3.1. Centro/periferia: formação e desenvolvimento.
- 3.2. "Teoria" da dependência.
 - 3.2.1. O desenvolvimento do subdesenvolvimento.
 - 3.2.1.1. O problema da troca desigual.
 - 3.2.1.2. Especificidade das formações periféricas.
- 3.3. A dependência estrutural.

4. Reconsiderações sobre a actual problemática do Desenvolvimento.

- 4.1. O impasse da Teoria da Dependência.
- 4.2. Pistas para uma nova conceptualização do desenvolvimento.

5. O caso português: a dinâmica do desenvolvimento em Portugal.

- 5.1. Algumas considerações sobre o percurso da Economia Portuguesa até à Segunda Guerra Mundial.
 - 5.2. O desenvolvimento económico português depois da 2^a Grande Guerra.

5.2.1. Os anos 50 e o modelo de crescimento económico: factores determinantes, caracterização e factores do seu esgotamento.

5.2.2. Os anos 60: alteração do modelo.

5.2.3. Os anos 70: a Nova Política Económica, o 25 de Abril, a "redescoberta" da Europa e as opções quanto ao modelo de desenvolvimento.

5.2.4. Os anos 80: política económica e social: enquadramento face à Europa e ao resto do mundo; bloqueamentos e potencialidades no contexto da integração europeia; perspectivas de desenvolvimento para os anos 90.

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

AMIN, Samir - Le Dévelopement inégal. Essai sur les Formes sociales du Capitalisme périphérique, Paris, Editions Minuit, 1973

BADIE, Bertrand - Le Dévelopement politique, Paris, Economica

BAIROCH, Paul - Révolution industrielle et sous-développement, Paris, Centre d'Études de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales

BOUDON, Raymond - La place du désordre: critique des théories du changement social, Paris, PUF, 1984

CABRAL, M. Villaverde - O desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Séc. XIX, Porto, Ed. A Regra do Jogo, 1976

CASTRO, Armando de - A Economia Portuguesa no Séc. XX (1900-1925), Porto, Ed. 70, 1973

"- Evolução da Economia Portuguesa, Lisboa, Cadernos Seara Nova, 1973

FIGUEIREDO, António Manuel; COSTA, Carlos - O Subdesenvolvimento, vol. I, Porto, Ed. Afrontamento, 1982; vol. II, Porto, Ed. Afrontamento, 1986

FRANK, A. Gunder - Sociologia do desenvolvimento e subdesenvolvimento da Sociologia, Coimbra, Centelha, 1976

FURTADO, Celso - Desenvolvimento e subdesenvolvimento, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1965

HIRSCHMAN, A. - L'économie comme science morale et politique. Paris, Seuil, 1984

MALEK, A. Adbel e outros - Clés pour une stratégie nouvelle du développement, Paris, UNESCO, Ed. Ouvrières, 1984

MARC, Gabriel - Le développement en quête d'acteurs, Paris, Centurion, 1984

- MOURA, Francisco Pereira - Por onde vai a Economia Portuguesa, Lisboa, Ed. Seara Nova
- MURTEIRA, Mário - Desenvolvimento, Subdesenvolvimento e o Modelo Português, Lisboa, Ed. Presença
- ORDAZ, Pedro - Adesão às Comunidades Europeias. Problemas de Transição, Portugal Contemporâneo, INA, 1986
- PEREIRA, Miriam Halpern - Assimetrias de Crescimento e Dependência Externa, Lisboa, Ed. Seara Nova, 1974
- PERROUX, François - Pour une philosophie du nouveau développement, Paris, Bouvier, 1981
- PINTO, Armando Sevinate e outros - A agricultura portuguesa no período 1950-1980, Imprensa Nacional-Casa da Moeda/IED, 1984
- ROSTOW, W.W. - Etapas do desenvolvimento económico, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1966
- SACHS, Ignacy - Initiation à l'écodévelopement, Paris, Privat, 1981
- SANTOS, Boaventura Sousa - Estado e sociedade na semi-periferia do sistema mundial, "Análise Social", nº 87-88-89, Lisboa, 1985
- SILVA, Manuela e out. - Portugal, que vias de desenvolvimento? Que instituições?, Porto, Ed. Afrontamento, 1980
- AA.VV. - Le Développement: Idéologies et Pratiques, Paris, Orston, 1983

DISCIPLINAS SÓ DE OPÇÃO

.....

SOCIOLOGIA DA CULTURA E DA COMUNICAÇÃO

Docente: Dr^a Dulce Maria da Graça Magalhães

1. CULTURA E SOCIEDADE.

- 1.1. Concepção sociológica de cultura .
- 1.2. Formas, níveis e diversidades de culturas.
- 1.2.1. Cultura ou culturas?
- 1.2.2. Estruturas sociais e sistemas de representação.
- 1.2.3. Necessidades e aspirações culturais.
- 1.2.4. Identidade cultural versus trasposição da cultura e alargamento do campo cultural - as lutas simbólicas.
- 1.3. A criação cultural.
- 1.3.1. A distinção entre consciência real e consciência possível.
- 1.3.2. A correspondência entre a produção de bens culturais e a produção de gestos.
- 1.4. A cultura como praxis na realidade social portuguesa - o processo de produção de sentido.
 - 1.4.1. Práticas e consumos culturais quotidianos.
 - 1.4.2. Funções expressivas e apropriação social de práticas culturais.
 - 1.4.3. A dinâmica da mudança: processos sociais de dissolução-conservação sócio-culturais.

2. A PRODUÇÃO SOCIAL DA COMUNICAÇÃO

- 2.1. Contexto e significação.
- 2.2. Comunicação conflituosa.
 - 2.2.1. Características e objectivos do "combate verbal".
 - 2.2.2. Regras do discurso conflituoso.
- 2.3. Comunicação de massa.
 - 2.3.1. Características e linguagem dos media.
 - 2.3.2. Mass-media e cultura de massa versus cultura clássica -o funcionamento do saber na sociedade de consumo.
 - 2.3.3. Democratização da cultura na sociedade de consumo.
 - 2.3.4. O poder dos mass-media.
 - 2.3.5. Relação entre comunicação de massa e sistema político e social.

3. PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO CULTURAL.

3.1. Tempos livros e lazer - a promoção do lazer como um valor; uma nova concepção da realização pessoal e de criatividade.

3.2. Elementos e mecanismos da reprodução cultural - a redprodução pelo sistema; "habitus" de classe, linguagem e reprodução cultural.

3.3. Políticas culturais.

3.4. produção cultural e movimentos sociais - bandos, beatniks, hippies.

BIBLIOGRAFIA

BALLE, Francis e outros - Le Pouvoir des Médias. Mélanges offerts à Jean Cazeneuve, Paris, PUF, 1987

BAUDRILLARD, J. - A sociedade de consumo, Lisboa, Edições 70, 1981

BOURDIEU, P. - La Distinction, Paris, Minuit, 1979

DUMAZEDIER, Joffre - Lazer e Cultura Popular, São Paulo, Perspectiva, 1976

GOLDMANN, L. - A criação cultural na sociedade moderna, Lisboa, presença, 1976

JACOB, F. - O jogo dos possíveis, Lisboa, Gradiva, 1981

KAHN, J.S. - El concepto de cultura: textos fundamentales compilados, Barcelona, Anagrama, 1975

MACDONALD, Dwight e outros - A Indústria da Cultura, Lisboa, Meridiano 1971

MORIN, E. - Pensar a Europa, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1987

PINTO, J. Madureira - Estruturas sociais e práticas sombólicas-ideológicas nos campos, Porto, Afrontamento, 1985

WINDISCH, Uli - Le K.O. verbal. La communication conflictuelle, Lausanne Age d'Homme, 1987

NOTA: Ao longo das aulas será facultada aos estudantes bibliografia complementar.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PLANEAMENTO REGIONAL

Docente: Dr. António Figueiredo

I. QUESTÕES PRELIMINARES

1. A crise do planeamento aos seus diferentes níveis suscitada pela crise dos anos 70.

1.1. A crise do planeamento macroeconómico e suas implicações em toda a orgânica de planeamento.

A crise do planeamento indicativo perspectivada no âmbito da crise mais geral das diferentes formas de intervenção pública; o planeamento macroeconómico e a instabilidade conjuntural; flexibilização dos planos no quadro das programações pluri-anuais; mudanças qualitativas no planeamento macroeconómico.

1.2. A crise do planeamento regional.

Factores explicativos da crise do planeamento regional: críticas funcionalistas; crise das teorias espaciais; crise das funções legitimadores do planeamento regional; o conflito eficácia versus equidade; a crise da concepção assistencial da política regional no período de crise estrutural do sistema; papel das novas concepções da política regional na reconsideração do papel da política regional em períodos de crise e pós-crise; a perturbação introduzida nas orgâncias de planeamento nacionais pelo aparecimento de novos actores (as regiões autónomas); o caso particular das Comunidades Autónomas espanholas.

1.3. A crise do planeamento urbano e territorial.

Alcance e limitações do plano enquanto peça desenhada (o plano-documento); o fenómeno do declínio urbano como factor de crise do planeamento urbano e territorial; complexidade disciplinar crescente do planeamento urbano e territorial; planeamento territorial e autonomia relativa dos agentes económicos; novas concepções: o plano como processo de negociação e participação de actores e agentes.

2. Teoria e política do desenvolvimento regional.

2.1. Desenvolvimento, desenvolvimento regional e desenvolvimento local.

Os conceitos de desenvolvimento regional e local como extensão lógica do conceito de desenvolvimento; emergência da questão espacial na problemática do desenvolvimento.

2.2. Objecto e fundamentos da política regional.

Qual a questão de base que determina a intervenção da política regional: as assimetrias de desenvolvimento? O acesso generalizado à satisfação de necessidades básicas? A mobilização e valorização de recursos não aproveitados? A mobilização do potencial de inovação?

2.3. Apresentação sumária do quadro de instrumentos da política regional.

3. Relevância dos quadros institucionais.

Análise das implicações para o exercício das políticas de desenvolvimento regional e local da (in)existência de regiões autónomas; a diferente configuração e génese do plano e do planeamento regional em cada um dos cenários.

II. TEORIAS E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

1. A concepção do desenvolvimento (crescimento) polarizado - concepção difusãoista do desenvolvimento espacial.

1.1. Conceitos fundamentais de suporte.

Espaço e região; região-homogénea, região-polarizada e região-plano; pólo de crescimento.

1.2. Alguns instrumentos de análise teórica no domínio da organização do espaço.

Breve introdução aos modelos de localização; o caso particular dos equipamentos terciários: a teoria dos lugares centrais.

1.3. Mecanismos de difusão do desenvolvimento polarizado.

1.4. Condições e obstáculos à difusão do desenvolvimento polarizado.

1.5. Pólos de crescimento e análises centro-periferia.

1.6. Revisão do conceito de pólos de crescimento do ponto de vista das estratégias de desenvolvimento regional.

1.7. Principais instrumentos de política inspirados pela concepção do desenvolvimento polarizado.

2. Condições concretas potenciadoras da ruptura com a concepção do desenvolvimento polarizado.

2.1. Consequências regionais das mudanças estruturais na divisão internacional do trabalho e nos paradigmas tecnológicos.

2.2. Novas tendências de organização espacial das economias.

O declínio urbano; a revitalização de certas periferias; os casos particulares das economias francesa e italiana.

3. A concepção do desenvolvimento a partir da abse ou do desenvolvimento endógeno.

3.1. O conceito de desenvolvimento endógeno no âmbito das mdoernas concepções do desenvolvimento.

3.2. A relevância do desenvolvimento local no quadro das abordagens do desenvolvimento endógeno: proposta de uma grelha de análise do desenvolvimento local.

3.3. Um exemplo de política de intervenção inspirada pelo paradigma do desenvolvimento endógeno: as Iniciativas Locais de Ciração de Emprego.

3.4. A dinamização do mundo rural.

3.5. Novas dinâmicas de planeamento suscitadas pelo desenvolvimento endógeno.

O planeamento descentralizado; dinâmicas ascendentes e descendentes do planeamento regional; o planeamento contratualizado; a dinamização cultural; a formação para o desenvolvimento.

4. Novas perspectivas de abordagem da problemática do desenvolvimento regional e local.

4.1. Teorias do potencial de inovação regional e local.

Conceito de rede(networking) e suas principais aplicações; redescoberta da função empresarial como factor de desenvolvimento regional e local; determinantes do processo de inovação: revisão do conceito de economias de aglomeração; a relevância dos serviços produtivos como factor de desenvolvimento regional; algumas implicações em termos de ordenamento do território: as "technopólis" e os "scientific parks"; outros instrumentos de política inspirados por esta concepção: as redes de relacionamento institucional e a difusão da informação.

4.2. A abordagem em termos de sistemas produtivos locais.

Conceitos básicos; algumas aplicações: análise da persistência da actividade agrícola em espaços de industrialização.

5. Uma tentativa de síntese: reflexão final sobre a diversidade dos objectivos e instrumentos da política regional.

III. A DIMENSÃO REGIONAL DAS POLÍTICAS COMUNITÁRIAS

1. Principais evidências empíricas: a questão regional, hoje, na Europa Comunitária.

1.1. Breve introdução à problemática dos eixos de desenvolvimento espacial europeu: triângulo central europeu, eixo mediterrânico, arco atlântico e abertura a leste.

1.2. Os desequilíbrios regionais: indicadores, evolução e natureza.

1.3. Estratégias nacionais e projecto europeu: que papel para a questão regional?

1.4. A problemática transfronteiriça como forma particular de relacionamento inter-regional.

2. A política regional comunitária: sua evolução, principais marcos e instrumentos de intervenção.

2.1. A problemática regional no período anterior a 1975: carácter secundário da política regional.

2.2. A emergência da política regional comunitária: a criação do FEDER e do COMITE DE POLÍTICA REGIONAL após o primeiro alargamento (Dinamarca, Reino Unido e Irlanda)

2.3. A modificação do Regulamento FEDER e a evolução até à recente Reforma dos Fundos Estruturais.

2.4. Implicações regionais de outras políticas comunitárias e coordenação dos diferentes instrumentos.

2.5. Os programas Integrados Mediterrânicos (PIM's).

2.6. As abordagens integradas de desenvolvimento e a problemática do desenvolvimento endógeno.

3. A Reforma dos Fundos Estruturais de 1989 e as novas perspectivas de aplicação da política regional.

3.1. Significado global da Reforma no contexto do projecto de concretização do mercado único europeu: os princípios da convergência económica e da coesão económica e social.

3.2. Os novos regulamentos (FEDER, FSE, FEOGA e coordenação de fundos).

3.3. As novas relações Comunidade-Estados membros no âmbito da política regional; as políticas de partenariado; papel das autoridades regionais e locais.

3.4. A importância das políticas e dos programas de fomento da investigação científica e tecnológica.

4. Breve reflexão final sobre as implicações do novo cenário da política regional comunitária para Portugal e para as regiões portuguesas.

BIBLIOGRAFIA:

I.

ARMSTRONG, Harvey e TAYLOR, Jim - "Regional Economics and Policy", Philip Allan, Londres, 1986, pp. 188-225

BARQUERO, António Vásquez - La Politica regional en tiempos de crisis, Reflexiones sobre el caso español, Estudios Territoriales, nº15-16, 1984, pp. 21-37

LOPES, A. Simões - Desenvolvimento: desenvolvimento regional, Boletim da Faculdade de Direito, Coimbra, 1978

"- "Desenvolvimento Regional", 1980, pp.9-23 e 303-319

"- Regionalização e desenvolvimento, Estudos de Economia, 1982, vol. II, nº4

MASSEY, Doreen - In what sense a regional problem?, Regional Studies, vol. 13, 1979, pp.233-243

SCASSO, Rafael de Heredia - La Planificación estratégica y la ordenación territorial, Estudios Territoriales, nº6, 1982, pp.19-40

WADLEY, David - "Restructuring the regions", OCDE, Paris, Capítulo III

II.

BOUDEVILLE, J. - "Aménagement du territoire et polarisation", Éditions Génin, Paris, 1972, pp. 15-36 - 205-210

ESTEVES, Mº do Céu - Teoria Clássica dos lugares centrais, "Desenvolvimento", nº1, Lisboa, 1984

DARWENT, D. F. - Growth poles and growth centers in Regional Planning: a review, Environment and Planning, vol.1, nº1, 1969

PENOUIL, M. - L'espace et le développement économique: des apports de J.R. Boudeville aux interrogations contemporaines, in J. Paelinck e A. Sallez - "Espace et localisation", Economica, 1983, pp. 73-93

HANSEN, Niles - Regional Consequences of structural changes in the national and international division of labour, "International Regional Science Review", vol. 11, nº2, 1988

GAROFOLI, Gioacchino - L'industrialisation diffuse et petite entreprise: le modèle italien des années 70, in "Irep, secteur informel et industrialisation diffuse dans les nouveaux pays industriels", Grenoble, 1985

AYDALOT, Philippe - Crise économique, crise de l'espace, crise de la pensée spatiale, in "Le développement décentralisé" org. Bernard Planque, LITEC, Paris, 1983

BRUGGER, E. A. - Endogenous development: a concept between utopia and reality, in Michel Bassand e outros, "Self-Reliant development in Europe", Gower, 1986

GODARD, O. e outros - Le développement endogène et la différentiation des espaces de développement: une grille d'analyse pour le développement local, "Nouvelles de l'écodéveloppement", n°35, 1985

GREFFE, Xavier - "Descentralizar en favor del empleo - las iniciativas locales de desarollo", Colecção INFORMES, serie Empleo, n°19, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, España, 1988 (1990), pp.39-66; 209-228

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS - O futuro do Mundo rural, Boletim das Comunidades Europeias, Suplemento 4/88, pp. 49-54

KOVACSHAZY, Christine - Documento introdutório ao Seminário Internacional "Serviços em meio rural", Chaves, Janeiro de 1991

MAILLAT, Denis - Vers une nouvelle étape de la politique régionale, Bulletin CS, 4/88

COOKE, Philip e IMRIE, Rob - Little victories: local economic development in European Regions, "Entrepreneurship and Regional Development", Vol. 1, N°4, 1989, pp. 313-328

KEATING, Michael - Local government and economic development in Western Europe, Entrepreneurship and regional development, vol.1, n°3, 1989, pp. 301-312

BIANCHI, Giuliano - Innovating in the local systems of small medium sized enterprises: the experience of Tuscany, "Entrepreneurship and regional development", vol. 2, n°1, 1990

GANNE, Bernard - Regional dynamics of innovation: a look at the Rhône-Alpes Region, "Entrepreneurship and regional development, vol.1, n°2, 1989

QUÉRÉ, Michel - The Provence-Alpes-Côte d'Azur high technology road: a technopolis network?, "Entrepreneurship and regional development", vol. 1, n°2, 1989

AYDALOT, Philippe - Technological trajectories and regional innovation in Europe, in P. Aydalot e D. Keeble, "High Technology and innovative environments: the european experience", Routledge and Kegan, 1988

SOCIOLOGIA DA FAMÍLIA E DA JUVENTUDE

Docente: Dr^a Maria Isabel Correia Dias

1. A Cultura e a Sociedade como base da noção de família.
2. A família como construção social.
 - 2.1. Os Princípios-Base dos Sistemas de Parentesco: Filiação, Aliança-Matrimonial.
 - 2.2. O Grupo-Doméstico, Rede de Parentesco e o significado sociológico da residência.
3. A Família e as Transformações Sócio-Históricas.
 - 3.1. As Teorias Evolucionistas.
 - 3.2. As Correntes da História-Social.
4. A Família nas Sociedades Ocidentais Contemporâneas.
 - 4.1. Estruturas Sociais e Modelos Familiares.
 - 4.1.1. Estrutura e Funções da Família.
 - 4.1.2. Heterogeneidade Social e Heterogeneidade das Formas Familiares.
 - 4.2. As Interacções Familiares e a Divisão de Papéis - Microssociologia da Família.
 - 4.2.1. Família e Relações Conjugais. A Construção do Companheirismo.
 - 4.2.2. A Integração Diferencial da Família.
 - 4.2.3. O lugar da Criança.
5. Casamento e Divórcio na Sociedade Contemporânea.
 - 5.1. Nupcialidade.
 - 5.2. A Escolha do Cônjuge.
 - 5.3. O Amor. Força Social de Reprodução.
 - 5.4. Co-habitação juvenil.
 - 5.5. O Divórcio.
6. Adolescência e Juventude.
 - 6.1. A Incorporação dos Indivíduos na Sociedade.

- 6.2. Socialização Familiar e Aparelhos Educativos.
- 6.3. Condição Social da Juventude: Escolarização, Precarização do Trabalho, Habitação, Casamento.
- 6.4. Os Meios Sociais Juvenis e Identidade juvenil.
- 6.5. Os Fenómenos de Marginalização e as Estratégias dos Jovens.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Michael - Elementos para a História da Família Ocidental (1500-1914), Lisboa, Querco, 1984
- ANSHEN, Ruth-Nanda - A Família: sua Função e Destino, Lisboa, Meridiano, 1971
- ARIÈS, Philippe - História Social da Criança e da Família, Rio de Janeiro, Zahar, 1981
- AUGÉ, Marc - Os Domínios do Parentesco, Lisboa, Ed. 70, 1978
- BERTAUX, Daniel - Destinos Pessoais e Estrutura de Classes, Lisboa, Moraes, 1978
- BRAKE, Mike - The Sociology of Youth Culture and Youth Subcultures. Sex and Drugs and Rock'n'Roll?", Londres, Routledge & Kegan Paul, 1980
- ENGELS, Friedrich - Origens da Família, da Propriedade Privada e do Estado, Lisboa, Presença, 1976
- FOX, Robin - Parentesco e Casamento, Lisboa, Vega
- HARTMANN, Jurgen - To Live on the Brink - Causes and Consequences of the Decrease in Youth Employment in Europe, Upsalla University, 1986
- KELLERHALS, Jean; TROUTOT, Pierre-Yves; LAZERDA, Emmanuelle - Microssociologia da Família, Publicações Europa-América
- MICHEL, Andrée - Sociologia da Família e do Casamento, Porto, RES, 1983
- "- Sociologie de la Famille, Paris, Mouton, 1970
- SHORTER, Edward - Naissance de La Famille Moderne, Paris, Seuil, 1977

ESTRUTURA URBANA E CONFLITUALIDADE

Docente: Dr^a Paula Maria Guerra Tavares

I. Estrutura Urbana - visão introdutória

1. Problematização do conceito de estrutura urbana;
 - 1.1. Análise da estrutura urbana tendo como pano de fundo o "processus" de urbanização - Uma análise histórico-comparativa.
 2. Estrutura urbana hoje: conceitos fundamentais.
 - 2.1. Funcionalidade e disfuncionalidade; Conflito/ajustamento e problemas de integração/desintegração.
 - 2.2. Identidade e alteridade; Capital simbólico e dialógicas urbanas.

II. Desenvolvimentos conflituais nas sociedades modernas: estrutura urbana e lógicas de conflitualidade

1. Problematização da noção de cultura urbana.
 - 1.1. As práticas de sociabilidade e antissociabilidade.
 - 1.2. As lógicas de segregação urbana.
2. O entendimento da conflitualidade urbana.
 - 2.1. Debate acerca das principais concepções de conflitualidade urbana; alguns estudos de caso.
 - 2.2. Violência, compromisso, amorfia e ruptura na sociedade urbana actual.

III. Estrutura urbana e marginalidade social

1. Marginalidade e desvio.
 - 1.1. Algumas trajectórias sociológicas: da perspectiva durkheimiana à de R. Merton.
 - 1.2. A perspectiva americana: a noção de desvio social da Escola de Chicago e a óptica culturalista.
 2. Marginalização, desvio e controlo social.
 - 2.1. O normal e o patológico; da noção Durkeimiana à Escola da rotulação.
 - 2.2. Desvio-crime: reacção societal e sistema judicial.
 - 2.3. A marginalidade social e a sua análise institucional: Erving Goffman, Roger Bastide e Michel Foucault.
 3. A marginalidade social e suas formas.

- 3.1. Delinquência e culturas de delinquência.
 - 3.2. O actual problema da droga e suas derivações.
 - 3.3. Conflitos interraciais: algumas questões dos neorracismos.
 - 3.4. As novas formas de pobreza urbana.
 - 3.5. Grupos sociais estigmatizados: os toxicodependentes, a terceira idade e as domésticas.
4. Uma abordagem mais ampla; A coexistência de subculturas e contraculturas no tecido urbano actual.

BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDER, Jeffrey C. - Las Teorias Sociologicas desde 1ª Segunda Guerra Mundial, serie cla.de.ma, ed. Gedisa, 1^a ed., Barcelona, 1989
- BERGERET, Y. - Toxicomanie et réalité, ed. PUF, Paris, 1980
- BECKER - Outsiders, studies in the sociology of deviance, The Free Press, New York, 1966
- BESSETTE, Jean M. - Sociologie du crime, col. le sociologue, ed. PUF, 1^a ed., Paris, 1982
- BULMER, Martin - The Chicago School of Sociology, col. The Heritage of Sociology, The University of Chicago Press, Chicago, 1984
- CASTELLS, Manuel - Problemas de Investigação em Sociologia Urbana, Biblioteca de Textos Universitários, Ed. Presença, nº12, Lisboa, 1975
"- La question urbaine, Ed. Maspero, Paris, 1978
- COHEN, Albert - Deviance and Control, Foundations of Modern Sociology Series, prentice Hall, Inc., Englewood..., New Jersey, 1966
- COSER, Lewis A. - Les Fonctions du Conflit Social, col. Sociologies, ed. PUF, Paris, 1982
- CUSSON, M. - Croissance et Décroissance du Crime, col. Sociologies, ed. PUF, 1990
- DIAS, J., Andrade - Criminologia - O homem delinquente e a sociedade criminógena, Coimbra eds., Coimbra, 1982
- DURKHEIM, E. - As Regras do Método Sociológico, Bibl. de Textos Universitários, ed. Presença, 2^a ed., Lisboa, 1984
"- A Divisão do trabalho Social, Bibl. de Textos Universitários, ed. Presença, 2^a ed., Lisboa, 1985
- FERNANDES, A. Teixeira - A Eutanásia como Fenômeno Social, in separata da Revista da Faculdade de Letras, série Filosofia, n°s 5-6 2^a série, eds. FLUP, Porto, 1988-89

- FOUCAULT, Michel - Surveiller et Punir, Bibliothéque des Histoires, NRF, Ed. Gallimard, Paris, 1975
- GOFFMAN, Erving - Estigma - notas sobre a manipulação da identidade deteriorada, 4^a ed., Bibl., de Ciências Sociais, ed. Zahar, Rio, 1982
 " - Asiles - études sur la condition sociale des malades mentaux, Col. le sens commun, Ed. du minuit, Paris, 1968
 " - La mise en Scène dans la Vie Quotidienne, vol. I, II, Col. le sens commun, Ed. du Minuit, Pairs, 1973
- HERPIN, Nicolas - A Sociologia Americana - escolas e práticas, Bibl. das Ciências do Homem, Ed. Afrontamento, Porto, 1982
- HOROWITZ, Donald - Ethnic groups in Conflit, University of California, New York, London, 1985
- LEFEBVRE - Le droit a la ville, coll. Points, Ed. de Minuit, Paris
- LENOIR, René - Les exclus, Col. Points Actuels, Ed. du Seuil, Paris, 1974
- LOWE, Stuart - Urban Social Mouvements - the city after Castells, Coll. Sociology, politics and cities, Ed. Macmillan, London, 1986
- MATTHEWS, R.; YOUNG, J. (eds.) - Confronting crime, Sage Publ., London, 1986
- MEIER, C. et allii - Sociology of Deviant Behaviour, ed. Holt Rimehartand Winston, London, s/data.
- MIRONESCO, C. - La Logique du Conflit, Col. Regards Sociologiques, Eds. Pierre Marcel Favre, Lausanne, 1982
- MERTON, Robert - Sociologia - teoria e estrutura, Eds. Mestre Jou, São Paulo, 1970
 " - A Ambivalência Sociológica e outros ensaios, col. Bibl. de ciências Sociais e Antropologia, Ed. Zahar, Rio, 1979
- PARADEISE, C.; LEMEL, Y. - La Sociabilité, Ed. Institut National de la Statistique et des Études Economiques, I.N.S.E.E., Paris, 1967
- PARSONS, Talcott - The Structure of Social Action, A Free Press Paperback and Macmillan Publishing. Co. inc., vol. I, New York, London, 1968
- PINÇON, Michel, et allii - Ségregation Urbaine, Ed. Antrophos, Paris, 1987
- SILBEY, David - Outsiders in Urban Societies, Ed. Basil Blacwelkl, Oxford, 1981
- SIMÕES-RAPOSO, Luísa M. - Droga e Justila Penal, Minsitério da Justiça - Gab. de Planeamento e Coordenação do Combate à Droga, Lisboa, 1988

ÍNDICE

Sociologia Política	1
Sociologia da Estratificação e das Classes Sociais	3
Sociologia Rural e Urbana	5
Sociologia do Desenvolvimento	8

Opções

Sociologia da Cultura e da Comunicação	1
Ordenamento do Território e Planeamento Regional	3
Sociologia da Família e da Juventude	9
Estrutura Urbana e da Conflitualidade	11